



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

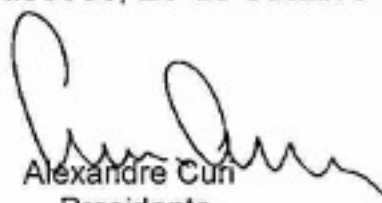
Redação Final ao Projeto Lei nº 104/2013
(Autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano)

Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Ponta Grossa - Apac Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Ponta Grossa - Apac Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2014.


Alexandre Cunha
Presidente


Relator


Deputado


Deputado


Deputado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Lei nº 489/2013
(Autoria do Deputado Paranhos)


- Concessão de Título de Utilidade Pública à Casa Redentor, com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Casa Redentor, com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

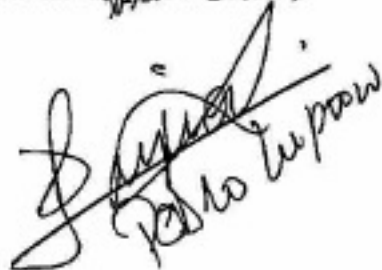
Sala das Comissões, 20 de outubro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator


Deputado Paranhos


Deputado


Deputado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 332/2014 (Autoria do Tribunal de Justiça)

Alteração de dispositivos das Leis nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008 e nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que dispõem sobre o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 1º O *caput* do § 2º do art. 8º da Lei nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Os ocupantes do cargo da carreira de Técnico Judiciário e Técnico de Secretaria podem ser designados para atividades internas e externas concernentes com as atribuições de Oficial de Justiça, Comissário da Infância e Juventude, Porteiro de Auditório e Leiloeiro, sob estas denominações para fins de identificação funcional, observado o seguinte:”

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 16.023, de 2008, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Os servidores dos Quadros de Pessoal de 1º Grau e da Secretaria do Tribunal de Justiça poderão ser lotados na Escola dos Servidores do Poder Judiciário, na forma estabelecida em Decreto da Presidência do Tribunal de Justiça.”

Art. 3º O art. 53 da Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A relotação dos servidores efetivos remunerados exclusivamente pelos cofres públicos, cujos cargos serão extintos à medida que vagarem, poderá ser estabelecida em Decreto da Presidência do Tribunal de Justiça.”

Art. 4º O cargo de Agente de Limpeza pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio Operacional Básico da parte suplementar do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição passa a ser denominado Auxiliar Judiciário de 1º Grau, alterando-se o art. 37 da Seção VII do Capítulo IV do Anexo X da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO X
CAPÍTULO IV
(...)"

SEÇÃO VII - AUXILIAR JUDICIÁRIO DE 1º GRAU.

Art. 37. Ao Auxiliar Judiciário de 1º Grau incumbe realizar atividades básicas de apoio operacional às unidades de 1º Grau de Jurisdição.

Parágrafo único. Consideram-se atividades básicas de apoio operacional aquelas relativas à execução de tarefas de suporte técnico e administrativo, de baixa complexidade, bem como aquelas vinculadas a especialidades inerentes a cada unidade e as que venham a surgir no interesse do serviço."

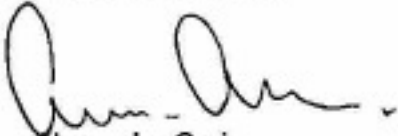
Parágrafo único. Decreto Judiciário disporá sobre as atribuições específicas do cargo previsto no *caput* deste artigo.

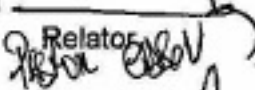
Art. 5º A alteração da nomenclatura do cargo prevista no art. 4º desta Lei não acarreta em redistribuição ou alteração da lotação de seus ocupantes.

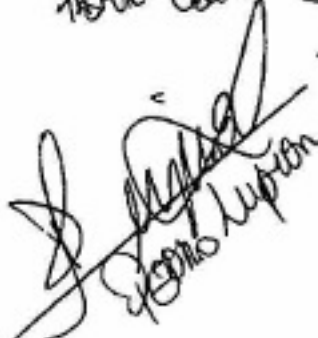
Art. 6º A Tabela 4 do Anexo V da Lei nº 16.748, de 2010, passa a vigorar de acordo com o Anexo desta Lei.


Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator


J. L. L. L. L.


J. L. L. L. L.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 348/2014 (Autoria do Tribunal de Justiça)

Criação de uma Vara Judicial no Foro Regional de Nova Esperança, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, entrância final, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1º Cria uma Vara Judicial no Foro Regional de Nova Esperança, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, de entrância final, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º O art. 255-A, da Lei nº 14.277, de 2003, passa a vigorar acrescido do inciso III com a seguinte redação:

“III – no Foro Regional de Nova Esperança:

a) a 3ª Vara Judicial.”

Art. 3º Cria um cargo de Juiz de Direito para o Foro Regional de Nova Esperança, de entrância final, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

Art. 4º Cria um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C e um cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito ora criado no Foro Regional de Nova Esperança, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, nos termos da Lei nº 15.831, de 12 de maio de 2008, e da Lei nº 16.957, de 5 de dezembro de 2011.


Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* deste artigo são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 5º Os Anexos IV, V e IX (Tabela 1) da Lei nº 14.277, de 2003, passam a vigorar na forma do Anexo desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator


João Gonçalves

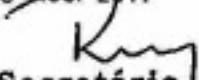

João Gonçalves



PROJETO DE LEI Nº 370/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 19 AGO. 2014


1º Secretário

Alteração da Lei nº 12.005, de 6 de janeiro de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.005, de 6 de janeiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Recanto da Criança, com sede e foro no Município de Cascavel.

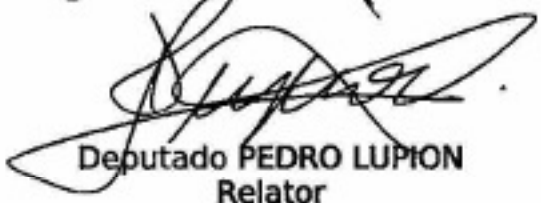
Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Recanto da Criança, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões, 18 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente



Deputado PEDRO LUPION
Relator


Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro


Deputado TADEU VENERI
Membro


Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro


Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



JUSTIFICATIVA

Com o presente Projeto pretende-se alterar o nome da instituição declarada de Utilidade Pública de Associação de Pais e Amigos do Recanto da Criança para Associação Recanto da Criança.

Cumpre ressaltar que a Comissão Especial constituída através do Ato do Presidente nº 13/2013, para averiguar e relacionar o número de associações declaradas de Utilidade Pública no Estado do Paraná, procedeu à análise de aproximadamente seis mil leis existentes sobre o tema.

Assim, diversas entidades foram clamadas a regularizar sua situação, as quais vêm atualizando seus cadastros junto a esta Assembleia, restando necessária a adequação de algumas Leis.

Portanto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da matéria.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 370/2014

Projeto de Lei nº. 370/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.005, de 6 de janeiro de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.005/1998 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO RECANTO DA CRIANÇA” PARA “ASSOCIAÇÃO RECANTO DA CRIANÇA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.005/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Recanto da Criança, com sede e foro no Município de Cascavel.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos do Recanto da Criança, com sede e foro no Município de Cascavel" para "Associação Recanto da Criança".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléa, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléa, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléa Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná 124
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de Setembro de 2014.

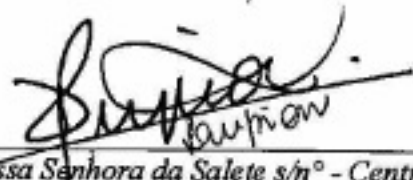

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Roberto de Deus


Romário


Sueli


Sônia


Pastor Edson

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16/09/14
tw

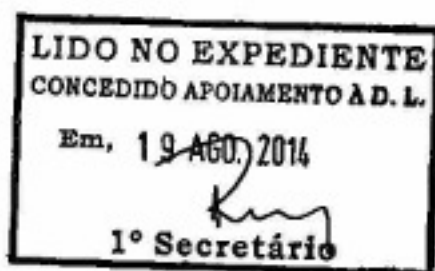


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 371/2014



Alteração da Lei nº 7.979, de 30 de novembro de 1984, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 7.979, de 30 de novembro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação da Santa Casa de Ibiporã, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação da Santa Casa de Ibiporã, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro

19-080-2014 14:58 004247 1/1

IMP. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

Com o presente Projeto pretende-se alterar o nome da instituição declarada de Utilidade Pública de Sociedade Beneficente Hospitalar de Ibiporã para Associação da Santa Casa de Ibiporã.

Cumprе ressaltar que a Comissão Especial constituída através do Ato do Presidente nº 13/2013, para averiguar e relacionar o número de associações declaradas de Utilidade Pública no Estado do Paraná, procedeu à análise de aproximadamente seis mil leis existentes sobre o tema.

Assim, diversas entidades foram clamadas a regularizar sua situação, as quais vêm atualizando seus cadastros junto a esta Assembleia, restando necessária a adequação de algumas Leis.

Portanto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da matéria.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 371/2014

Projeto de Lei nº. 371/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 7.979, de 30 de novembro de 1984, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.979/1984 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR DE IBIPORÃ” PARA “ASSOCIAÇÃO DA SANTA CASA DE IBIPORÃ”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 7.979/1984. Súmula: Declara de utilidade pública a “SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR DE IBIPORÃ”, com sede e foro no Município de Ibiporã.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR DE IBIPORÃ" para "Associação da Santa Casa de Ibiporã".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis,

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de Setembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Paulo Zaden


Romaneli



Benício


Antônio


Pastor Edison

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16/09/14


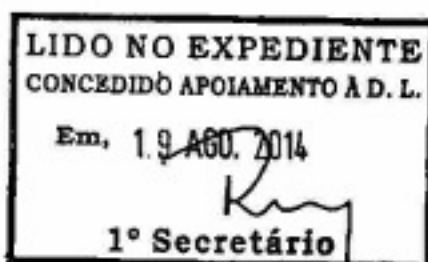


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 372/2014



Alteração da Lei nº 12.922, de 29 de agosto de 2000, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.922, de 29 de agosto de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Caminho da Vida, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Caminho da Vida, com sede e foro no Município de Curitiba

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLINETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



JUSTIFICATIVA

Com o presente Projeto pretende-se alterar o nome da instituição declarada de Utilidade Pública de Associação Caminho da Vida Lar Dona Vera para à Associação Caminho da Vida.

Cumprе ressaltar que a Comissão Especial constituída através do Ato do Presidente nº 13/2013, para averiguar e relacionar o número de associações declaradas de Utilidade Pública no Estado do Paraná, procedeu à análise de aproximadamente seis mil leis existentes sobre o tema.

Assim, diversas entidades foram clamadas a regularizar sua situação, as quais vêm atualizando seus cadastros junto a esta Assembleia, restando necessária a adequação de algumas Leis.

Portanto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da matéria.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 372/2014

Projeto de Lei nº. 372/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.922, de 29 de agosto de 2000, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.922/2000 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO CAMINHO DA VIDA LAR DONA VERA” PARA “ASSOCIAÇÃO CAMINHO DA VIDA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 7.979/1984. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Caminho da Vida “Lar Dona Vera”, com sede e foro no Município de Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação Caminho da Vida Lar Dona Vera" para "Associação Caminho da Vida".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de Setembro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Assinatura
Lauren

Assinatura
Pernambuco

Assinatura
Leandro

Assinatura
Pastor Adriano

Assinatura
Durion

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16/09/14

Assinatura



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 373/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 19 AGO. 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 12.423, de 13 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.423, de 13 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, com sede e foro no Município de Ubatã.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, com sede e foro no Município de Ubatã.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 14.626, de 13 de janeiro de 2005, de concessão de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.423, de 13 de janeiro de 1999, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Lar do Menor de Ubatã, com sede e foro no Município de Ubatã.

Posteriormente, a Lei nº 14.626, de 13 de janeiro de 2005, veio por conceder novamente o referido título alterando a denominação para Instituição Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, com sede e foro no mesmo município.

Portanto, para se respeitar a técnica legislativa, a Lei mais antiga deverá ser mantida e adequada ao atual Estatuto Social constando como Associação de Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, com sede e foro no Município de Ubatã, e diante do fato apontado deverá ser revogada a Lei posterior - de 2005.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 373/2014

Projeto de Lei nº. 373/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Alteração da Lei nº 12.423, de 13 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.423/1999 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “LAR DO MENOR DE UBIRATÃ” PARA “ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS SOCIAIS CÍCERO NUTO FIGUEIREDO”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.423/1999. Súmula: Declara de utilidade pública o Lar do Menor de Ubiratã, com sede e foro no Município de Ubiratã.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação do "Lar da Menor de Ubatã" para "Associação de Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 07 de Outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Dep. Luciano


Dep. Tadeu


Dep. Traiano


Dep. Carlos


Dep. Leupion


Dep. Pastor

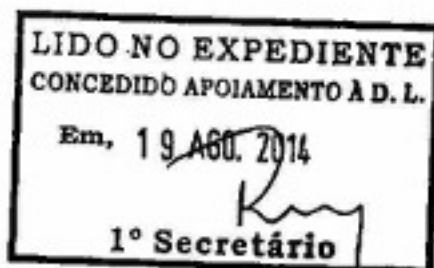
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

PROVADO

07/10/14



PROJETO DE LEI Nº 374/2014



Alteração da Lei nº 2.990, de 14 de dezembro de 1956, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 2.990, de 14 de dezembro de 1956, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Casa da Criança de Paranavaí, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Casa da Criança de Paranavaí, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 2.990, de 14 de dezembro de 1956, concedeu o Título de Utilidade Pública à Casa da Criança, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Casa da Criança de Paranavaí, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 374/2014

Projeto de Lei nº. 374/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 2.990, de 14 de dezembro de 1956, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 2.990/1956 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "CASA DA CRIANÇA" PARA "CASA DA CRIANÇA DE PARANAVAÍ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ". REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 2.990/1956. Súmula: Fica considerada de utilidade pública a "CASA DA CRIANÇA", de Paranavaí, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, à Secretaria da Fazenda, um crédito especial de Cr 200.000,00 destinado à sessão de auxílio de igual valor à referida instituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "CASA DA CRIANÇA" para "Casa da Criança de Paranavaí, com sede e foro no Município de Paranavaí".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de Setembro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Assinatura: Luiz Carlos
Assinatura: Romaneli

Assinatura: Sereno

Assinatura: Bapion
Assinatura: Pastor Gelson

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16/09/14

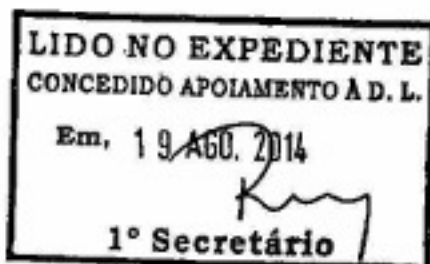


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 376/2014



Alteração da Lei nº 16.873, de 20 de julho de 2011, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 16.873, de 20 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública ao Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos São Vicente de Paulo de Castro, com sede e foro no Município de Castro.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos São Vicente de Paulo de Castro, com sede e foro no Município de Castro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCINO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 16.873, de 20 de julho de 2011, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Castro.

Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos São Vicente de Paulo de Castro, com sede e foro no Município de Castro.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 376/2014

Projeto de Lei nº. 376/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 16.873, de 20 de julho de 2011, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.873/2011 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASILO SÃO VICENTE DE PAULO” PARA “SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO DE CASTRO”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 16.873/2011. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Castro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação do "Asilo São Vicente de Paulo," para "Serviço de Acolhimento Institucional para idosos São Vicente de Paulo de Castro".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de Setembro de 2014.

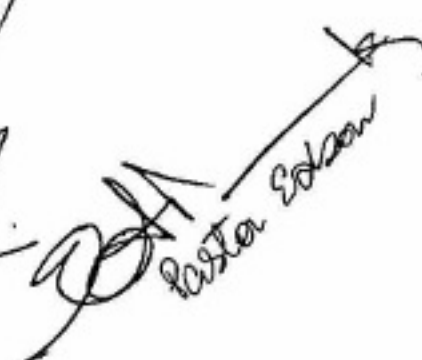

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Sadeu

Romanelli


Ruyton


Rosta Eolson

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16/09/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 377/2014

Alteração da Lei nº 10.573, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 19 ABO. 2014

1º Secretário

Art. 1º A Lei nº 10.573, de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública ao ADOLESCENTRO de São Mateus do Sul, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao ADOLESCENTRO de São Mateus do Sul, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro

19-ABO-2014 14:51 804253 1/1

IMP. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 10.573, de 13 de dezembro de 1993, concedeu o Título de Utilidade Pública à Casa do Menor de São Mateus do Sul.

Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste ADOLESCENTRO de São Mateus do Sul, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 377/2014

Projeto de Lei nº. 377/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 10.573, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.573/1993 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CASA DO MENOR DE SÃO MATEUS DO SUL” PARA “ADOLESCENTRO DE SÃO MATEUS DO SUL”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 10.573/1993. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Casa do Menor de São Mateus do Sul, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Casa do Menor de São Mateus do Sul" para "Adolescento de São Mateus do Sul".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis,

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



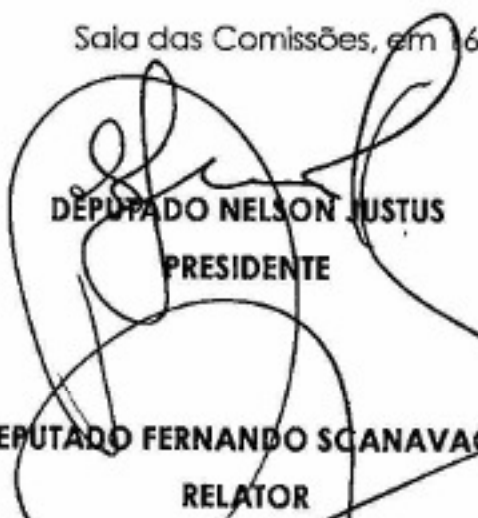
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 16 de Setembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

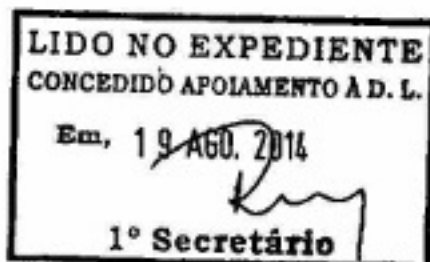


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16/09/14




PROJETO DE LEI Nº 378/2014



Alteração da Lei nº 11.287, de 26 de dezembro de 1995, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 11.287, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública ao CEPAS - Centro Esperança Por Amor Social, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao CEPAS - Centro Esperança Por Amor Social, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 11.287, de 26 de dezembro de 1995, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Centro Profissionalizante Ágape Smith (CEPAS), com sede e foro no Município de Londrina.

Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste CEPAS – Centro Esperança Por Amor Social, com sede e foro no Município de Londrina.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 378/2014

Projeto de Lei nº. 378/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 11.287, de 26 de dezembro de 1995, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.287/1995 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CENTRO PROFISSIONALIZANTE ÁGAPE SMITH (CEPAS), COM SEDE E FORO NA COMARCA DE LONDRINA” PARA “CEPAS- CENTRO ESPERANÇA POR AMOR SOCIAL, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lel 11.287/1995. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Centro Profissionalizante Ágape Smith (CEPAS), com sede e foro na comarca de Londrina.

O projeto pretende modificar a denominação do "Centro Profissionalizante Ágape Smith (CEPAS), com sede e foro na comarca de Londrina" para "Cepas- Centro Esperança por Amor Social, com sede e foro no Município de Londrina".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



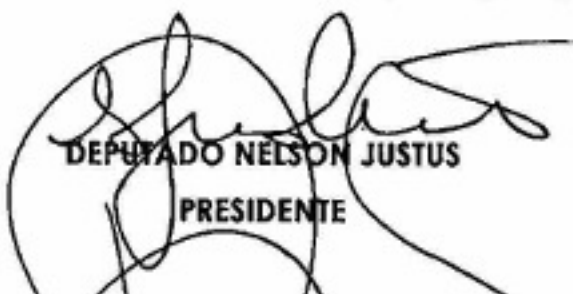
CONCLUSÃO


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de Setembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Adilson
Romário


Sécio


Pastor Edson
Suplen

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16/09/14



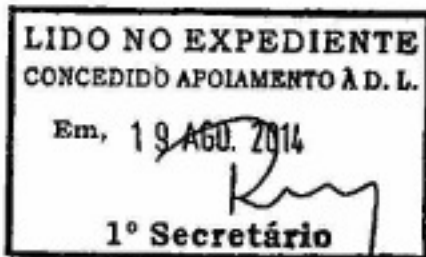


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 379/2014



Alteração da Lei nº 7.968, de 30 de novembro de 1984, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 7.968, de 30 de novembro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Educacional Fanuel - Guarda Mirim de Telêmaco Borba - Paraná, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Educacional Fanuel - Guarda Mirim de Telêmaco Borba - Paraná, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 7.968, de 30 de novembro de 1984, concedeu o Título de Utilidade Pública à Fundação Cultural, Científica e Educacional Guarda Mirim de Telêmaco Borba, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba.

Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação Educacional Fanuel – Guarda Mirim de Telêmaco Borba - Paraná, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 379/2014

Projeto de Lei nº. 379/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 7.968, de 30 de novembro de 1984, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.968/1984 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “FUNDAÇÃO CULTURAL, CIENTÍFICA E EDUCACIONAL GUARDA MIRIM DE TELÊMACO BORBA, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE TELÊMACO BORBA” PARA “ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL FANUELGUARDA MIRIM DE TELÊMACO BORBA-PARANÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA”. REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 7.968/1984. Súmula: Declara de Utilidade Pública a entidade “FUNDAÇÃO CULTURAL, CIENTÍFICA E EDUCACIONAL GUARDA MIRIM DE TELÊMACO BORBA”, com sede e foro na cidade de Telêmaco Borba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "FUNDAÇÃO CULTURAL, CIENTÍFICA E EDUCACIONAL GUARDA MIRIM DE TELÊMACO BORBA, com sede e foro na cidade de Telêmaco Borba" para "Associação Educacional Fanuel- Guarda Mirim de Telêmaco Borba- Paraná, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 384/2014

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 25 AGO. 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 8.541, de 23 de julho de 1987 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

Art. 1º A Lei nº 8.541, de 23 de julho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal, com sede no Município de Missal e foro no Município de Medianeira.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal, com sede no Município de Missal e foro no Município de Medianeira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga as seguintes Leis:

I – Lei nº 10.419, de 2 de agosto de 1993, que concedeu Título de Utilidade Pública.

II – Lei nº 18.001, de 27 de março de 2014, que alterou a lei constante do inciso I deste artigo.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 8.541, de 23 de julho de 1987, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal, com sede e foro na cidade de Missal – Pr..

Posteriormente, a Lei nº 10.419, de 2 de agosto de 1993, veio por alterar o art. 1º da Lei anterior.

Por fim, com a edição da Lei nº 18.001, de 27 de março de 2014, foi alterado o art. 1º e também o foro para o Município de Medianeira, concernente à Lei nº 10.419, de 1993.

Portanto, para se respeitar a técnica legislativa, a Lei mais antiga, de 1987, deverá ser mantida e adequada ao Estatuto Social constando como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal, com sede no Município de Missal e foro no Município de Medianeira, e diante do fato apontado deverão ser revogadas as Leis posteriores: nº 10.419, de 1993 e nº 18.001, de 2014.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 384/2014

Projeto de Lei nº. 384/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Alteração da Lei nº 8.541, de 23 de julho de 1987 (que concedeu título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 8.541/1987 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO “SEDE E FORO NA CIDADE DE MISSAL” PARA “SEDE NO MUNICÍPIO DE MISSAL E FORO NO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 8.541/1987. Súmula: Declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal, com sede e foro na Cidade de Missal-Pr.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a sede e foro "sede e foro na Cidade de Missal" para "Sede no Município de Missal e Foro no Município de Medianeira".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 07 de Outubro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Lúcio

Dep. Lúcio

Dep. Lúcio
Dep. Lúcio
Dep. Lúcio

Praça Nossa Senhora da Salete s/n Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

07/10/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 386/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 25 ABO, 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 11.288, de 26 de dezembro de 1995 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

Art. 1º A Lei nº 11.288, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e Infância - Guarda Mirim de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e Infância - Guarda Mirim de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 6.053, de 11 de dezembro de 1969, que concedeu o Título de Utilidade Pública à Guarda Mirim de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

JUSTIFICATIVA



A Lei nº 6.053, de 11 de dezembro de 1969, concedeu o Título de Utilidade Pública à Guarda Mirim de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Posteriormente, a Lei nº 11.288, de 26 de dezembro de 1995, devido à fusão da APMI de Londrina com a Guarda Mirim da mesma cidade para legalizar a sua personalidade jurídica, concedeu o referido título à Associação de Proteção à Maternidade e Infância – APMI da Guarda Mirim de Londrina.

Portanto, para se respeitar a técnica legislativa, a Lei 11.288, de 1995, deverá ser mantida e adequada ao Estatuto Social constando como Associação de Proteção à Maternidade e Infância – Guarda Mirim de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina, e diante do fato apontado deverá ser revogada a Lei 6.053, de 1969.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 386/2014

Projeto de Lei nº. 386/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Alteração da Lei nº 11.288, de 26 de dezembro de 1995 (que concedeu título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.288/1995 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA- APMI DA GUARDA MIRIM DE LONDRINA” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA- GUARDA MIRIM DE LONDRINA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lel 11.288/1995. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância- APMI da Guarda Mirim de Londrina.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Associação de Proteção à Maternidade e Infância- APMI da Guarda Mirim de Londrina" para "Associação de Proteção à Maternidade e Infância- Guarda Mirim de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 07 de Outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Corbi


Dep. Todou


Dep. Trini



Dep. Inacio


Dep. Pastor


Dep. Leupion

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

07/10/14 



PROJETO DE LEI Nº 387/2014

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 25 AGO 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 13.176, de 25 de junho de 2001 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

Art. 1º A Lei nº 13.176, de 25 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Concessão de Título de Utilidade Pública ao Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiros e Planta Santa Helena, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiros e Planta Santa Helena, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 14.215, de 12 de novembro de 2003, que concedeu Título de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

JUSTIFICATIVA



A Lei nº 13.176, de 25 de junho de 2001, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiros e Planta Santa Helena, com sede e foro nesta Capital.

Posteriormente, a Lei nº 14.215, de 12 de novembro de 2003, veio por conceder novamente o referido título.

Portanto, para se respeitar a técnica legislativa, a Lei mais antiga deverá ser mantida e adequada ao atual Estatuto Social constando como Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiros e Planta Santa Helena, com sede e foro no Município de Curitiba, e diante do fato apontado deverá ser revogada a Lei posterior – de 2003, visando evitar duplicidade.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 387/2014

Projeto de Lei nº. 387/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Alteração da Lei nº 13.176, de 25 de junho de 2001 (que concedeu título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 13.176/2001 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "CLUBE BENEFICENTE DE MÃES DO JARDIM PINHEIROS E PLANTA SANTA HELENA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL" PARA "CLUBE BENEFICENTE DE MÃES DO JARDIM PINHEIROS E PLANTA SANTA HELENA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA". REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 13.176/2001. Súmula: Declara de Utilidade Pública o CLUBE BENEFICENTE DE MÃES DO JARDIM PINHEIROS E PLANTA SANTA HELENA, com sede e foro nesta capital.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro do "CLUBE BENEFICENTE DE MÃES DO JARDIM PINHEIROS E PLANTA SANTA HELENA, com sede e foro nesta capital" para "*Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiros e Planta Santa Helena, com sede e foro no Município de Curitiba*".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça







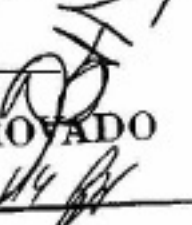
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 07 de Outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

07/10/14



PROJETO DE LEI Nº 392/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 01 SET. 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 8.991, de 24 de maio de 1989, que concedeu Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 8.991, de 24 de maio de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 8.991, de 24 de maio de 1989, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, devendo ser alterada para que esteja adequada à técnica legislativa.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 392/2014

Projeto de Lei nº. 392/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 8.991, de 24 de maio de 1989, que concedeu Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 8.991/1989 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU” PARA “CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lel 8.991/1989. Súmula: Declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

O projeto pretende modificar a denominação "Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu" para "Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Saída das Comissões, em 07 de outubro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Prça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

07/10/14

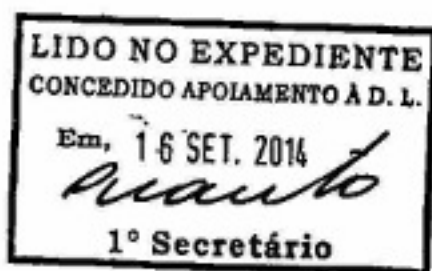


Asssembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 406/2014



Alteração da Lei nº 7.315, de 26 de maio de 1980, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 7.315, de 26 de maio de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Concessão de Título de Utilidade Pública ao Lar Padre Leone de Ibiporã, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Lar Padre Leone de Ibiporã, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

[assinatura]
Deputado PEDRO LUPION
Relator

[assinatura]
Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

[assinatura]
Deputado TADEU VENERI
Membro

[assinatura]
Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 7.315, de 26 de maio de 1980, concedeu o Título de Utilidade Pública à Conferência Vicentina de Ibiporã, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Lar Padre Leone de Ibiporã, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 406/2014

Projeto de Lei nº. 406/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Alteração da Lei nº 7.315, de 26 de maio de 1980, de concessão de título de utilidade pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.315/1980– ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CONFERÊNCIA VICENTINA DE IBIPORÃ, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE IBIPORÃ” PARA “LAR PADRE LEONE DE IBIPORÃ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 7.315/1980. Súmula: Declara de Utilidade Pública a CONFERÊNCIA VICENTINA DE IBIPORÃ, com sede e foro na cidade de Ibiporã.

O projeto pretende modificar a denominação da "Conferência Vicentina de Ibiporã, com sede e foro na cidade de Ibiporã" para "Lar Padre Leone de Ibiporã, com sede e foro no Município de Ibiporã".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 14 de Outubro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Assinatura]
Dep. Romão

[Assinatura]
Dep. Tadeu

[Assinatura]
Dep. Tadeu

[Assinatura]
Dep. Laurício

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

14/10/14

[Assinatura]
Dep. Curi

[Assinatura]
Dep. Pastor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 408 /2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 SET. 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

Art. 1º A Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 18.197, de 27 de agosto de 2014, que concedeu o Título de Utilidade Pública à Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede e foro no Município de Maringá.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERÇILO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976, concedeu o Título de Utilidade Pública à Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede na cidade de Maringá.

Posteriormente, a Lei nº 18.197, de 27 de agosto de 2014, manteve a concessão do referido título alterando para sede e foro no Município de Maringá.

Entretanto, considerando o constante no novo Estatuto Social da entidade, a Lei nº 6.797, de 1976, deverá ser adequada para que o Título de Utilidade Pública seja concedido à Associação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede e foro no Município de Maringá.

Diante do fato apontado, visando respeitar a técnica legislativa e evitar duplicidade, deverá ser revogada a Lei nº 18.197, de 2014.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 408/2014

Projeto de Lei nº. 408/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Alteração da Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976 (que concedeu título de utilidade pública) e adoção de outras providências.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.797/1976– ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DO SANTO NOME DE MARIA DE MARINGÁ, COM SEDE NA CIDADE DE MARINGÁ” PARA “ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DO SANTO NOME DE MARIA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 6.797/1976. Súmula: Declara de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DO SANTO NOME DE MARIA DE MARINGÁ, com sede na cidade de Maringá.

O projeto pretende modificar a denominação da "Congregação das irmãs missionárias do santo nome de Maria de Maringá, com sede na cidade de Maringá" para "Associação das irmãs missionárias do santo nome de Maria, com sede e foro no município de Maringá".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 14 de Outubro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Signature]
Dep. Bonafina

[Signature]
Dep. Durini

[Signature]
Dep. Curi
[Signature]
Dep. Tadeu
[Signature]
Dep. Moiano

[Signature]
Dep. Duplón

[Signature]
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

14/10/14 *[Signature]*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 409/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 16 SET. 2014

Mauro
1º Secretário

Alteração da Lei nº 10.584, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 10.584, de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública ao Centro de Educação Infantil Maria Imaculada, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Educação Infantil Maria Imaculada, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 10.584, de 13 de dezembro de 1993, concedeu o Título de Utilidade Pública à Creche Maria Imaculada, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste ao Centro de Educação Infantil Maria Imaculada, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 409/2014

Projeto de Lei nº. 409/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Alteração da Lei nº 10.584, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de título de utilidade pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.584/1993– ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CRECHE MARIA IMACULADA” PARA “CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA IMACULADA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação e da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 10.584/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Creche Maria Imaculada, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Paraná.

O projeto pretende modificar a denominação da "Creche Maria Imaculada" para "Centro de Educação Infantil Maria Imaculada".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 14 de Outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Romualdo


Dep. Curi


Dep. Lauriano


Dep. Fercilio


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

14/10/14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 SET. 2014

Prado

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 410/2014

Alteração da Lei nº 12.233, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.233 de 20 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santo Antonio da Platina, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santo Antonio da Platina, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

[Assinatura]
Deputado PEDRO LUPION
Relator

[Assinatura]
Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

[Assinatura]
Deputado TADEU VENERI
Membro

[Assinatura]
Deputado TERCILIO TURINI
Membro

[Assinatura]
Deputado ANDRE BUENO
Membro

[Assinatura]
Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.233 de 20 de julho de 1998, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santo Antonio da Platina, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 410/2014

Projeto de Lei nº. 410/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Alteração da Lei nº 12.233, de concessão de título de utilidade pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.233/1998– ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE SANTO ANTONIO DA PLATINA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 12.233/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI" para "Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Santo Antonio da Platina".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 14 de Outubro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Romualdo

Dep. Tulinini

Dep. Curi

Dep. Laupion

Dep. Tadeu

Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

14/10/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 411 /2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 SET. 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 4.973, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 4.973 de 2 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Concessão de Título de Utilidade Pública ao Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 4.973 de 2 de dezembro de 1964, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação Beneficente Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste ao Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 411/2014

Projeto de Lei nº. 411/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Alteração da Lei nº 4.973, de concessão de título de utilidade pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 4.973/1964– ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPO MOURÃO” PARA “HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIO DE CAMPO MOURÃO, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 4.973/1964. Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPO MOURÃO.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação Beneficente Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão" para "Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 14 de Outubro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Rafael
Dep. Luis

Dep. Luciano

Dep. Leupion

Dep. Tadeu
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

14/10/14